CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

OPÇÃO ONLINE - GO (03/03)

Humberto Aidar apresenta relatório da CPI dos Incentivos Fiscais no próximo dia 10

Durante 12 meses foram realizadas 23 oitivas, basilares para elaboração do documento

Foto: Fábio Costa | Jornal Opção.

De acordo com o autor e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais, deputado Humberto Aidar (MDB), o relatório final será apresentado na próxima terça-feira, 10. Com a apresentação, o trabalho da CPI deve se encerrar, após 1 ano de exame em contratos celebrados entre empresas e Estado.

O intuito da ação é evitar possíveis infrações. Ao longo de 12 meses, a CPI realizou 23 oitivas que foram basilares para elaboração do relatório. O documento foi concebido com o apoio do corpo técnico da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), do **Tribunal de Contas do Estado** e da Secretaria da Economia.

Humberto Aidar afirmou que o trabalho foi árduo e elaborado com muita convicção. "Trabalhamos durante todo o recesso a fim de que pudéssemos elaborar o relatório mais eficaz possível ", destacou o deputado.

Após passar pela comissão, o relatório será encaminhado para o Ministério Público, que deve tomar eventuais providências cabíveis. "Se alguém pedir vista terá que ser marcada outra sessão, mas o trabalho da Assembleia em termos de CPI se encerra com a entrega do relatório", completou Aidar.

A REDAÇÃO (03/03)

CPI dos Incentivos Fiscais em Goiás deve ser finalizada no próximo dia 10

A Redação

Goiânia - O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais deve ser entregue na próxima terça-feira (10/3), na **Assembleia Legislativa de Goiás**. A afirmação é do relator da CPI, Humberto Aidar (MDB). A Comissão realizou seus trabalhos ao longo de um ano na Casa.

Ao todo, foram 23 oitivas para dar base à realização do relatório final. O documento foi elaborado com o apoio do corpo técnico da Assembleia, do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e da Secretaria de Economia de **Goiás**.

Depois que o relatório passar pela comissão, será encaminhado para o Ministério Público, a fim de que eventuais procedimentos cabíveis sejam tomados. "Se alguém pedir vista terá que ser marcada outra sessão, mas o trabalho da Assembleia em termos de CPI se encerra com a entrega do relatório", reforça Aidar.

DIÁRIO DA MANHÃ (04/03)



Fio Direto

SUELY ARANTES arantes.sueli@gmail.com

Missão cumprida

O deputado Humberto Aidar, relator da CPI dos Incentivos Fiscais, marcou nova data para a entrega do resultado final das investigações: 10 de março. Com isso, o trabalho da CPI se encerra depois de 1 ano de exame em contratos celebrados entre empresas e Estado. O documento foi elaborado com o apoio do corpo técnico da Assembleia, do Tribunal de Contas do Estado e da Secretaria da Economia.

O HOJE (04/03)

Estatuto não será aplicado no Legislativo e Judiciário

Com a queda dos vetos do Governador, apenas os servidores do Executivo sofrerão alterações

Raphael Bezerra da Silva



Deputados aprovaram por unanimidade que o estatuto dos servidores atinjam apenas os servidores do Poder Executivo

Após três sessões sem quórum qualificado para a votação de vetos da governadoria, a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), derrubou o veto que enquadrava os servidores públicos estaduais do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e de servidores da Assembleia Legislativa na tarde desta terça-feira (3). Com a derrubada do veto, as novas regras do estatuto, que foi aprovado em dezembro passado, terão aplicação somente para os servidores do Poder Executivo Estadual. O projeto original, de autoria da Governadoria, além de alterar normas gerais para admissão, suspensão e dispensa de trabalhadores públicos extinguiu direitos, como licença prêmio e quinquênios. A matéria recebeu 29 votos favoráveis a derrubada do veto, e nenhum contrário.

O governador vetou esse ponto do Autógrafo de Lei ao levar em conta despachos da Secretaria de Estado da Administração (SEAD) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE) que se manifestaram pela sua inconstitucionalidade. No entendimento dos dois órgãos o regime jurídico no âmbito do Estado deve ser único, conforme previsto no art. 39 da Constituição Federal.

A retirada dos servidores do Legislativo e Judiciário do novo Estatuo dos Servidores, foi articulado pelos deputados nos últimos dias de tramitação da matéria. Houve muita resistência por parte dos servidores, que ameaçaram fazer greve pela exclusão dos benefícios como o quinquênio e licença prêmio.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico), Nylo Sérgio, diz que o Governo de Goiás não dialogou com as categorias para ouvir as demandas da classe. Durante a tramitação do projeto na Alego, foi articulado a retirada dos servidores do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, atingindo somente servidores de carreira do Executivo estadual. Ele fala ainda sobre a possibilidade de redução da carga horária dos servidores em até 25% com a diminuição proporcional de salários.

A matéria sancionada pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), revoga o estatuto anterior, que é de fevereiro de 1988, e apresenta uma série de modificações em regras, como o fim da licença-prêmio, benefício que permite aos servidores público três meses de descanso a cada cinco anos de efetivo trabalho. A proposta recebeu 11 votos contrários e 26 favoráveis na Alego.

Há possibilidade de redução de até 25% da carga horária dos servidores

No lugar da licença-prêmio, a proposta prevê a licença para capacitação. A ideia do governo é condicionar o benefício de 90 dias à comprovação de ao menos um curso de qualificação profissional nesse período. Nylo critica a licença premiação pois, segundo ele, há uma previsão legal para cursos de qualificação. " A licença prêmio é uma das grandes perdas que vislumbramos com o novo regimento, uma vez que ela foi convertida em licença capacitação, não acreditamos que uma licença de 90 dias possa trazer um grande aprendizado ao serviço público, até porque há outras licenças para capacitação de maiores durações que já tinha resguardado esse direito.

De acordo com a nova legislação, o período de licença não será cumulável e o projeto impede ainda que o servidor possa transformar o benefício em dinheiro. Antes da alteração, caso o servidor não usufruísse da licença-prêmio, pode requerer, depois, recebê-la em dinheiro.

O benefício aos servidores públicos conhecido como quinquênio, atingia cerca de 40 mil servidores de Goiás, segundo dados do Sindipúblico. Houve uma articulação para que a extinção do benefício fosse retirada do projeto, mas o destaque não foi acatado pelo presidente da Alego, deputado Lissauer Vieira (PSB). O quinquênio trata de um adicional de 5% sobre os vencimentos ou a remuneração do cargo efetivo a cada cinco anos de efetivo serviço público e que é incorporado à aposentadoria do servidor ou pensão.

Os cálculos da Secretaria de Administração (Sead) apontavam que a economia aos cofres públicos ficará entre R$ 512 milhões e R$ 1 bilhão e 700 milhões até 2025. Somente com pagamento de quinquênios, a perspectiva de redução de custos é de R$ 83,7 milhões até 2025.

Na justificativa do governo, o projeto "se trata de um conjunto de medidas de ajuste necessário ao alcance da completa reorganização administrativa, financeira e previdenciária que se tenciona atingir em Goiás".

"Diálogo só aconteceu com os deputados", Nylo

O presidente do Sinpúblico criticou a postura do Governo Estadual em furtar aos diálogos com os representantes de classe. Segundo ele, os sindicatos só tiveram ciência da proposta após a apresentação do projeto na Assembleia. "O diálogo que tivemos foi apenas com os parlamentares que tentaram as alterações, mas os pontos que pedimos, não foram atendidos. Isso afeta muito a questão de confiança do servidor com o governo, uma vez que não foi chamado os representantes de classes, mais de 170 mil servidores e cidadãos", pontua.

Para ele, há um claro ataque dos governos contra a categoria dos servidores públicos. "Eu vejo como um contrassenso, os governantes têm que caminhar ao lado dos servidores, uma vez que eles são os braços dos governantes nos estados e municípios. Não é só o governador e secretário que realizam ações, são os servidores na ponta que estão nos 246 municípios goianos e nos 5 mil municípios do Brasil. As políticas contra o servidor têm sido gigantescas, principalmente nas retiradas de direitos, retirada de planos de cargos", crítica.